

Produzir

Paradoxo da produtividade



Cesário Ramalho da Silva*

A SOCIEDADE Rural Brasileira (SRB) rechaça a proposta de mudança nos índices de produtividade agropecuários porque os indicadores propostos são distantes da realidade e representam um risco permanente para os produtores rurais.

Em alguns casos, a proposta defende a elevação dos índices em até 100% e prevê que a medição seja relativa a apenas um período. Se não atingir o novo indicador proposto em um único ano há risco de perda da propriedade.

O produtor será obrigado a produzir mais, independentemente dos fatores inerentes à atividade agropecuária. Se a nossa política agrícola e a infraestrutura são precárias, o vai-e-vem do mercado são consideradas irrelevantes para medição da produtividade.

É irracional produzir mais sob qualquer custo. Imagine uma conjuntura de baixa nos preços dos produtos por excesso de oferta. Ter-se-á de aumentar a produção e amargar prejuízos na comercialização, para atingir o índice proposto.

A terra é um dos fatores para a viabilidade da atividade, não é garantia de renda e moeda de valor. A atividade exige aptidão para o trabalho no campo, crédito, infra-estrutura, preparo técnico, gestão, entre outras variáveis. Deixá-la inativa é prejuízo. Quem dita o negócio e serve como fiel da balança da produtividade é

o mercado. Se um produto não tem demanda, por que produzi-lo?

Uma indústria pode diminuir o ritmo da sua linha de produção motivada por uma retração do mercado. Ou ainda, alterar o formato do seu negócio, saindo de uma produção de larga escala para uma menor, porém com maior valor adicionado. Em nenhuma das hipóteses ela será penalizada com a perda de sua planta fabril.

Na produção orgânica, o diferencial não é a capacidade de gerar elevados volumes mas, sim, o seu processo de produção. O aumento dos índices pode levar a outros paradoxos. Um produtor introduzirá em sua propriedade mais animais que o ideal, aumentará o rebanho, com impactos negativos no bem-estar dos animais, no meio ambiente e no resultado econômico.

A Constituição Federal determina que a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação e que a lei lhe garante tratamento especial. Não há discussão. Os produtores rurais brasileiros cumprem a função social de suas terras ao gerar oportunidades, emprego e renda para o País. Produzem muito e bem, com respeito trabalhista e ambiental, mesmo sujeitos a juros estratosféricos, impostos asfixiantes, câmbio desfavorável, estradas esburacadas, entre outros vilões do desenvolvimento. É hora de apoiá-los, não de puni-los. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Otimismo e desafios



João Sampaio*

TODAS AS siglas estão interligadas, referem-se a crescimento econômico e têm a ver com o agronegócio. As questões do momento são:

- Por que o PAC (Plano de Aceleração de Crescimento), anunciado pelo Governo Federal não incluiu o setor agrícola entre suas prioridades?
- Por que o PIB brasileiro em 2006 cresceu acima apenas do do Haiti entre os países latino-americanos?
- Por que o BID (Banco de Desenvolvimento Interamericano) pode ser um dos alicerces para o País estabelecer-se como grande alternativa na produção de combustíveis renováveis?

A única referência do PAC à agricultura está em investimentos para a produção de biocombustíveis e biodiesel. Não cita como, onde e quanto. Uma política de desenvolvimento da agroenergia deve conter ações regionais, projetos de infra-estrutura e logística e planos de comercialização e parcerias com outros países. Isso faz parte das nossas preocupações para que esta oportunidade não fuja.

Com a criação da Comissão Interamericana do Etanol, formada pelo presidente do BID, Luís Alberto Moreno, o governador do estado da Flórida, Jeb Bush, e Roberto Rodrigues, diretor do Conselho Superior do Agronegócio